

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 127

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 17 DE SETEMBRO DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PL</i>	<i>Serafina Carrilho</i>
<i>PSB</i>	<i>Moysés Leônidas</i>

Representação Partidária

PFL - 09: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 09: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02: Antonio Baratter - Pastor Edson Praczyk (licenciado) - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PPS: 02 - Marcos Isfer - Cezar Silvestri; PSC - 01: Miltinho Pupio.

Atos da Presidência:**RESOLUÇÃO Nº 012/2001**

Data: 04 de setembro de 2001.

SÚMULA:

Aprova a prestação de contas do Governo do Estado do Paraná, do exercício de 1992.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123, do Regimento Interno, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica aprovada a prestação de contas do Governo do Estado do Paraná, referente ao exercício financeiro de 1992.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio XIX de Dezembro, em 04.09.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

RESOLUÇÃO Nº 013/2001

Data: 04 de setembro de 2001.

SÚMULA:

Aprova a prestação de contas do Governo do Estado do Paraná, do exercício de 1995.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123, do Regimento Interno, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica aprovada a prestação de contas do Governo do Estado do Paraná, referente ao exercício financeiro de 1995.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio XIX de Dezembro, em 04.09.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA**14ª LEGISLATURA****ATA DA 034ª SESSÃO****EXTRAORDINÁRIA****REALIZADA EM****17 DE SETEMBRO DE 2001**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Valdir Rossoni e Antonio Anibelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Custódio da Silva, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczy, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaúcho, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:**Requerimento:****REQUERIMENTO Nº 2968**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a votação em bloco das Proposições nºs 061/2000, 006/2001 e 012/2001, itens 02, 03 e 05 da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária.

Sala das Sessões, em 17.09.2001.

(a) CARLOS SIMÕES

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Requerimento nº 2968, de autoria do senhor deputado Carlos Simões, constante do expediente, solicitando votação em bloco das Proposições nºs 061/2000, 006/2001 e 012/2001, itens 02, 03 e 05 da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária. **Aprovado.**

Convido ao 1º secretário, para que proceda à chamada dos senhores deputados, para que possamos votar o veto constante da Ordem do Dia, item 01.

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da proposição nº 048/2000, veto aposto ao Projeto de Lei nº 063/99, de autoria do deputado Hidekazu Takayama, que autoriza a instituição de mecanismos de incentivo para melhorar a arrecadação de ICMS e dá outras providências. **COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

Ofício/CTL/SEEG nº 093/2000

Curitiba, 31 de julho 2000.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 095/2000, dessa Presidência e de levar ao conhecimento de V. Exa. que usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII e na conformidade do disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 063/99, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a instituir programas de incentivo visando a melhoria de arrecadação do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços e o combate à sonegação, através de prêmios e outros incentivos.

A negativa de sanção decorre de parecer expedido pela Secretaria de Estado da Fazenda que, considerando a medida desnecessária e contrária aos superiores interesses da Administração, assevera:

“Trata-se de projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a implantar programas de incentivo visando a melhoria da arrecadação do ICMS e o combate à sonegação, por meio da concessão de prêmios e outros incentivos.

A justificativa para tal projeto é que o mesmo objetiva aumentar a arrecadação do ICMS no Estado do Paraná e proporcionar maiores benefícios à população e melhoria nas áreas da educação, saúde, saneamento básico e outras áreas que poderiam também ser beneficiadas com os recursos arrecadados.

Historicamente, campanhas dessa natureza têm demonstrado que o aumento na arrecadação não é significativo, chegando, muitas vezes, sequer a cobrir os custos

que envolvem os projetos, ainda mais em se considerando que o aumento de emissão das notas fiscais em boa parte, seria sentido nas empresas optantes pelo Regime das Microempresas-Simples/PR - Faixa “A”, que pagam valor mensal fixo, que hoje corresponde à importância de R\$32,81, o que não refletiria muito em aumento na arrecadação, pois dos 170.000 contribuintes ativos no Cadastro de contribuintes, 79.932, são empresas com essas características.

Lembramos, também, que não há necessidade de aprovação de nova lei autorizando o Poder Executivo a implantar programas dessa natureza, uma vez que tal autorização já foi inserida no art. 62 da lei ordinária do ICMS (Lei nº 11.580/96):

“Art. 62 - Fica o Poder Executivo autorizado a promover campanha de estímulo à emissão de documentos fiscais, nas operações e prestações relativas ao ICMS, mediante a distribuição de prêmios”.

Assim, entendemos que embora louvável o projeto, o mesmo não deve ser aprovado, pois a implantação de tais programas iria comprometer, ainda mais, o orçamento estadual com mais uma despesa sem que haja incremento na arrecadação, principalmente neste momento em que o Estado passa por forte ajuste fiscal”.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 063/99 foi publicado em redação final, no DA nº 075/2000, de 12.06.2000).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 48/2000

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, manifestada pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, usando de suas atribuições que lhe foram conferidas, pela Constituição do Estado do Paraná, objetiva vetar o Projeto de Lei nº 063/99 de autoria do nobre deputado Hidekazu Takayama, que visa instituir programas de incentivo para melhoria de arrecadação do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS e o combate à sonegação através de prêmios e outros incentivos.

Procedida a análise da proposição, constatamos a sua inteira atenção aos prazos constitucionais, encontrando-se a matéria em condições de merecer apreciação do douto Plenário, desta Casa de Leis.

Sendo assim, esta comissão opina favoravelmente pela apreciação da proposição-veto em plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.09.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
SERAFINA CARRILHO - Relatora

Os senhores deputados que forem favoráveis à manutenção do Veto, votam com a cédula SIM, quem for contrário, vota com a cédula NÃO.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Edno Guimarães**)

Procede à chamada dos senhores deputados.
Quarenta e um senhores deputados votaram.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Convido o deputado Ângelo Vanhoni, Plauto Miró Guimarães e Divanir Braz Palma para fazer o escrutínio dos votos.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (**Pela Ordem**)

Em nome da Liderança da Oposição, deputado Waldyr Pugliesi, do deputado Durval Amaral, líder do governo, do presidente da Casa, deputado Hermas Brandão e V. Exa. que agora ocupa a Presidência, em nome de todos os senhores deputados, queremos cumprimentar o deputado Luiz Fernandes Litro, que volta conosco com a saúde perfeita, com a luz estampada no seu sorriso, e que Deus dê a ele, toda a saúde que desejamos. E queremos que no dia de amanhã, ele compareça conosco, neste convívio amigo.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Atenção, senhores deputados para o resultado da votação do item 1. Vinte e seis, sim, treze, não; um nulo e um em branco. **Está mantido o veto.**

De conformidade com o requerimento de autoria do senhor deputado Carlos Simões, acima aprovado:

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 061/2000, veto aposto ao Projeto de Lei nº 169/99, de autoria do deputado Carlos Simões, que descentraliza a expedição de Cédulas de Identidade Civil do Instituto de Identificação para o interior do Estado do Paraná. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 172/2000

Curitiba, 05 de setembro de 2000.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar recebimento do Ofício nº 110/2000, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII; e na conformidade do disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, votei o Projeto de Lei nº 169/99, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafa que o Poder Executivo fica autorizado a, através da Secretaria da Segurança Pública, descentralizar do Instituto de Identificação, sediado na cidade de Curitiba, a expedição de Cédula de Identidade Civil para o interior do Estado, como nas cidades-sedes

das subdivisões da Polícia Civil, em Postos Regionais, sob chefia do Delegado de Polícia Titular, que expedirá o documento.

A negativa de sanção ao projeto de lei em referência, embora reconhecida a louvável preocupação do legislador para com o assunto, não pôde merecer acolhimento em razão de pronunciamentos expendidos pela Secretaria de Estado da Segurança Pública, os quais esclarecem que a medida demanda mais profunda reflexão e conclusão de estudos, ora em andamento, para execução de “Projeto de Descentralização” de tais atividades.

Lembra, ainda, a SESP, a existência da Lei Federal nº 9.454, de 08.04.97 (aguardando regulamentação no Ministério da Justiça) que institui o Registro Geral único no Brasil que prevê a centralização das informações onomásticas e datiloscópicas nos Institutos Estaduais de Identificação, as quais serão repassadas ao Instituto Nacional de Identificação em Brasília para pesquisa e/ou confronto e geração dos Registros Gerais, fato este que demonstra ser a proposição em causa inoportuna e de difícil exequibilidade, pela forma como está posta.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 169/2000 foi publicado em redação final, no DA nº 085/2000, de 21.06.2000)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO VETO Nº 061/2000

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 169/99 de autoria do deputado Carlos Simões, que descentraliza a expedição de células de identidade civil do Instituto de Identificação para o interior do Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar, e por ter sido exposto dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.12.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 006/2001, veto aposto ao Projeto de Lei nº 374/2000, de autoria do deputado Nelson Garcia, que dispõe sobre a extinção de débitos fiscais, mediante compensação, nos casos que especifica. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 007/2001

Curitiba, 11 de janeiro de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar recebimento do Ofício nº 272/2000, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII; e na conformidade do disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 374/2000, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo sobre compensação, integral ou parcial, dos débitos fiscais “inscritos na Dívida Ativa e ajuizados até 31 de dezembro de 2000, com créditos contra a Fazenda Pública e suas autarquias, oriundos de sentenças judiciais com precatórios pendentes de pagamento até o final do exercício de 2001”.

A negativa de sanção ao projeto de lei em referência decorre do fato de a medida, analisada pelos órgãos técnicos, ter sido considerada frontalmente contrária aos superiores interesses públicos, por não guardar a necessária harmonia com preceitos da Magna Carta, adotados através da Emenda Constitucional nº 30/2000, que possibilitou, inclusive, liquidação de precatórios em parcelas anuais e, também, porque, caso acolhida, não teria condições de plena e tranqüila exequibilidade. Ressalta-se que em outras Unidades da Federação, como São Paulo e Mato Grosso, houve tentativas de adoção de medidas semelhantes através de leis, que não puderam atingir seus objetivos.

Entre as análises feitas sobre o projeto de lei ora vetado, destaco o Parecer nº 27/2001, da Secretaria de Estado da Fazenda, cujo inteiro teor, anexado por cópia autêntica, integra as presentes razões de veto.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 374/2000 foi publicado em redação final, no DA nº 179/2000, de 06.12.2000)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 06/2001

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 374/2000 de autoria do deputado Nelson Garcia, que dispõe sobre a extinção de débitos fiscais, mediante compensação, nos casos que especifica.

Chamada esta Comissão a se manifestar, e por ter sido posto dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.03.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSI - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
COORDENAÇÃO DA RECEITA DO ESTADO
INSPETORIA GERAL DE TRIBUTAÇÃO

INTERESSADA: Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

ASSUNTO: Projeto de Lei nº 374/2000

PARECER Nº 27/2001

Trata-se da análise do projeto de lei aprovado na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, que dispõe que o Poder Executivo compensará, integral ou parcialmente, os débitos fiscais inscritos em dívida ativa, ajuizados até 31 de dezembro de 2000, com créditos contra a Fazenda do Estado e suas autarquias, oriundos de sentenças judiciais, com precatórios pendentes de pagamento, até o final do exercício de 2001.

O projeto limita a referida compensação aos requerimentos protocolizados dentro de 180 dias a partir da publicação da lei.

Inicialmente, cumpre-nos informar que por ocasião da análise do Projeto de Lei nº 367/99, que trata da mesma matéria, foi solicitada manifestação da Coordenação de Assuntos Econômicos - CAEC, que elaborou parecer pormenorizado, anexo às fls. 08 a 10, no qual expõe sobre a dificuldade de implementação do projeto e de se admitir tal compensação, em virtude da vinculação obrigatória de 50,35% da receita total do Estado (relativamente ao repasse aos depósitos proporcionais no Fundo de Participação dos Municípios), e 25,35% da orçamentária, (relativamente aos repasses proporcionais aos Poderes Judiciário e Legislativo, Ministério Público, Fundef e Ciência e Tecnologia). Tais percentuais, do valor do débito quitado, não teria o Estado disponibilidade para efetuar o repasse, caso seja admitida a compensação com precatórios.

Relativamente à inclusão das autarquias no projeto de lei, a CAEC manifesta-se no sentido de que, em respeito à sua autonomia, orçamentária e financeira, as transações que o projeto autoriza deveriam ser restritas às suas dívidas próprias por precatórios judiciais, em relação, também, exclusivamente aos seus próprios devedores.

Além do já exposto, saliente-se que os precatórios hoje existentes são provenientes de dívidas originadas no decorrer da gestão de vários governantes, não podendo, repentinamente, a totalidade de tais créditos serem abatidos dos valores a serem destinados à consecução das atividades fins do Estado, inviabilizando toda uma ação de governo e aplicação do orçamento efetuado.

A Constituição Federal no seu artigo 100 que foi reproduzido nos §§ 2º a 4º do artigo 98 da Constituição Estadual, tratando da matéria, estabelece:

“Art. 100 - A exceção dos créditos de natureza alimentícia, os pagamentos devidos pela Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.

§ 1º - É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos constantes de precatórios judiciais, apresentados até 1º de julho, data em que terão atualizados seus valores, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte.

§ 2º - As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados ao Poder Judiciário, recolhendo-se as importâncias respectivas à repartição competente, cabendo ao Presidente do Tribunal que proferir a decisão exequiênda determinar o pagamento, segundo as possibilidades do depósito, e autorizar, a requerimento do credor e exclusivamente para o caso de preterimento de seu direito de precedência, o seqüestro da quantia necessária à satisfação do débito.”

Portanto, segundo o mandamento constitucional, a liquidação dos precatórios judiciais depende de inclusão no orçamento do Estado de verba necessária ao pagamento desses débitos, desde que apresentados até 1º de julho, para quitação no exercício seguinte.

Necessário lembrar o disposto na Emenda Constitucional nº 30, de 13 de setembro de 2000, publicada no DOU em 14.09.2000, abaixo reproduzida, que altera a redação do artigo 100 da Carta Magna e acrescenta o artigo 78 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o qual dispõe que, ressalvados os créditos definidos em lei como de pequeno valor, os de natureza alimentícia, os de que trata o artigo 33 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e suas complementações e os que já tiverem os seus respectivos recursos liberados ou depositados em juízo, os precatórios pendentes na data de promulgação da Emenda e os que decorram de ações iniciais ajuizadas até 31 de dezembro de 1999, serão liquidados pelo seu valor real, em moeda corrente, acrescido de juros legais, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de dez anos, permitida a cessão dos créditos, conforme abaixo reproduzida:

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 30
DE 13 DE SETEMBRO DE 2000

Altera a redação do artigo 100 da Constituição Federal e acrescenta o artigo 78 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, referente ao pagamento de precatórios judiciais.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do artigo 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º - O artigo 100 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 100.....”

“§ 1º - É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais, apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente.” (NR)

“§ 1º A - Os débitos de natureza alimentícia compreendem aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou invalidez, fundadas na responsabilidade civil, em virtude de sentença transitada em julgamento.” (AC) ¹

“§ 2º - As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados diretamente ao Poder Judiciário, cabendo ao Presidente do Tribunal que proferir a decisão exequiênda determinar o pagamento segundo as possibilidades do depósito, e autorizar, a requerimento do credor, e exclusivamente para o caso de preterimento de seu direito de precedência, o seqüestro da quantia necessária à satisfação do débito.” (NR)

§ 3º - O disposto no *caput* deste artigo, relativamente à explicação de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em lei como de pequeno valor que a Fazenda Federal, Estadual, Distrital ou Municipal deva fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado.” (NR)

§ 4º - A lei poderá fixar valores distintos para o fim previsto no § 3º deste artigo, segundo as diferentes capacidades das entidades de direito público.” (AC)

§ 5º - O Presidente do Tribunal competente que, por ato comissivo ou omissivo, retardar ou tentar frustrar a liquidação regular de precatório incorrerá em crime de responsabilidade.” (AC)

Art. 2º - É acrescido, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o artigo 78, com a seguinte redação:

“Art. 78 - Ressalvados os critérios definidos em lei como de pequeno valor, os de natureza alimentícia, os de que trata o artigo 33 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e suas complementações e os que já tiverem os seus respectivos recursos liberados ou deposti-

1. AC = Acréscimo

tados em juízo, os precatórios pendentes na data de promulgação desta Emenda e os que decorram de ações iniciais ajuizadas até 31 de dezembro de 1999 serão liquidados pelo seu valor real, em moeda corrente, acrescido de juros legais, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de dez anos, permitida a cessão dos créditos.” (AC)

”§ 1º - É permitida a decomposição de parcelas, a critério de credor.” (AC)

“§ 2º - As prestações anuais a que se refere o *caput* deste artigo terão, se não liquidadas até o final do exercício a que se referem, poder liberatório do pagamento de tributos da entidade devedora.” (AC)

”§ 3º - O prazo referido no *caput* deste artigo fica reduzido para dois anos, nos casos de precatórios judiciais originários de desapropriação de imóvel residencial do credor, desde que comprovadamente único à época da imissão na posse.” (AC)

“§ 4º - O Presidente do Tribunal competente deverá, vencido o prazo ou em caso de omissão do orçamento, ou preterição ao direito de precedência, a requerimento do credor, requisitar ou determinar o seqüestro de recursos financeiros da entidade executada, suficientes à satisfação da prestação.” (AC)

Art. 3º - Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, em 13 de setembro de 2000.

Observa-se do artigo 78 do ADTC, antes do transcrito, que os precatórios decorrentes de ações ajuizadas a partir de 01.01.2000 deverão ser liquidados no prazo máximo de 10 anos, sendo que anteriormente facultava-se aos entes políticos a liquidação dos precatórios em até 08 anos, por meio de decisão editada pelo Poder Executivo.

Ademais, o artigo 35 da Lei nº 11.580/96 já admite a extinção do crédito tributário por compensação com créditos líquidos, certos e vencidos do sujeito passivo contra a Fazenda Estadual, desde que obtida autorização do Governador do Estado, *in verbis*:

“DAS MODALIDADES DE EXTINÇÃO

Art. 35 - O crédito tributário extingue-se pelo pagamento, podendo, ainda, ser extinto pelas demais modalidades previstas no Código Tributário Nacional, nas condições e sob as garantias a serem capituladas em cada caso por ato do Poder Executivo.

§ 1º - Os créditos tributários poderão, mediante autorização do Governador do Estado, ser liquidados:

I - por compensação, por créditos líquidos, certos e vencidos do sujeito passivo contra a Fazenda Estadual;

II - por doação em pagamento, de bens livres de quaisquer ônus.

§ 2º - A liquidação dar-se-á nas condições e garantias a serem estipuladas em cada caso.

§ 3º - O pagamento em repartição fazendária será efetuado em moeda nacional ou cheque administrativo.

§ 4º - Quando o valor do crédito tributário for constituído de imposto e acréscimo, o pagamento de parte do valor total, ainda que atribuído pelo contribuinte a uma só dessas rubricas, será imputado proporcionalmente a todas elas, ressalvados o disposto no inciso XV do artigo 56.”

Por fim, segundo informações obtidas junto ao Estado de São Paulo a Lei nº 10.399, de 01.07.99, fls. 12/13, que dispõe sobre a extinção total ou parcial de débitos, mediante compensação, nos termos que especifica praticamente não produziu efeitos em decorrência de que não foram adotados todos os procedimentos administrativos necessários à aplicação da legislação que trata da matéria.

Do exposto, entendemos desnecessária e absoluta inviável a aprovação do referido projeto de lei, devendo a liquidação dos precatórios atender ao que dispõe a legislação atual.

Curitiba, 09.01.2001.

(a) MARISTELA DEGGERONE
Auxiliar Técnico “D”

De acordo.

Elizete Gollembiowski Crispim

Chefe do Setor Normativo

De acordo.

Encaminhe-se ao GAB/CRE

Francisco Xavier de Oliveira

Inspetor Geral de Tributação

ITEM 05

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 012/2001, veto aposto ao Projeto de Lei nº 101/2000, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que autoriza o Poder Executivo a criar no âmbito da Secretaria de Estado da Segurança Pública, a carreira de perito odontologista e dá outras providências. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

Ofício/CTL/SEEG nº 024/2001

Curitiba, 16 de janeiro de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 238/2000, dessa presidência, e de levar ao conhecimento de que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o projeto de Lei nº 101/2000, por julgá-lo inconstitucional, porque, não tendo sido de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, fere o mandamento contido no artigo 66, inciso I, da referida Carta Constitucional.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 101/2000 foi publicado em redação final, no DA nº 158/2000, de 14.11.2000)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 12/2001

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 101/2001, de autoria do deputado Luiz Accorsi, autoriza o Poder Executivo a criar, no âmbito da Secretaria de Estado da Segurança Pública, a carreira de perito odontologista e dá outras providências.

Projeto de lei flagrantemente inconstitucional, em face do artigo 66, I da Constituição Estadual que reserva à iniciativa privativa do governador do Estado, as leis que disponham sobre a “criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta...”

Por tal razão, meu parecer é desfavorável à tramitação do projeto, sendo favorável à tramitação do veto.

Sala das comissões, em 13.03.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ADEMAR TRAIANO - Relator

Convido o 1º secretário para que faça a chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Edno Guimarães**)
(**Procede à chamada nominal dos senhores deputados, para votação dos itens 02, 03 e 05.**)

Senhor presidente, 42 deputados votaram.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Convido os deputados Luiz Carlos Alborghetti, Algaci Tulio e Nelson Garcia, para que possam fazer o escrutínio dos votos.

Atenção, senhores deputados, para o resultado.

42 senhores deputados votaram: Com a cédula SIM: 21 senhores deputados.

Com a cédula NÃO: 21 também. **Está mantido o veto.**

ITEM 04

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 008/2001, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que fixa em, no máximo 20% do valor do automóvel, as multas impostas pelo Detran/PR, autuadas a partir de 01 de janeiro de 2000. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

Ofício/CTL/SEEG/nº 020/2001

Curitiba, 16 de janeiro de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 284/2000, dessa Presidência e de levar ao conhecimento de V. Exa. na conformidade do disposto no parágrafo 1º do artigo 71, ambos da Constituição Estadual,

vetei o Projeto de Lei nº 426/2000, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo fixar, no máximo 20% do valor do automóvel, as multas impostas pelo Detran/PR, autuadas a partir de 01 de janeiro de 2000.

A negativa de sanção ao projeto de lei em referência, decorre do simples fato de o mesmo afrontar o Código Brasileiro de Trânsito, pois se acolhido estaria fixando valores de multas diferentes daqueles determinados pela Legislação Federal.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 426/2000, foi publicado no DA nº 183/2000, de 11.12.2000).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 08/2001

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 426/2000, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que fixa em, no máximo 20% do valor do automóvel, as multas impostas pelo Detran-PR, autuadas a partir de 01 de janeiro de 2000.

Chamada esta Comissão a se manifestar, observou-se o cumprimento do prazo legal e regimental de acordo com o artigo 71 da Constituição Estadual.

Assim sendo, nosso parecer é favorável ao encaminhamento desta proposição-veto para a apreciação do Plenário desta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.03.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ORLANDO PESSUTI - Relator

O SR. GERALDO CARTÁRIO (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente.

Eu estava conversando com o deputado Pessuti, e ele inclusive me falava da leitura que fez ontem em alguns jornais do Paraná, quando falam do acúmulo de veículos que hoje se encontram nos Detran's, e a maior parte deles, por falta de condições de pagamento das multas.

Esse projeto nosso tem a finalidade única de garantir ao cidadão que tem um veículo de 10 mil reais, que ele não possa pagar mais do que 20%, ou seja, dois mil reais durante o ano, de multa.

Seria uma forma de amenizarmos um pouco o sofrimento que de uma hora para outra surgiu no Paraná com essa violência, com a arrecadação dos cofres públicos, exageradamente, das multas que estão sendo colocadas a nível de Paraná e de Curitiba.

Informo ainda aos senhores deputados, que a Câmara Municipal de Curitiba apresentou um projeto idêntico ao nosso, também em tramitação.

Então, eu faria um apelo aos deputados da Casa, que votássemos pela derrubada do veto.

Obrigado.

O SR. NEIVO BERALDIN (Para Encaminhar)

Senhor presidente, o que disse o deputado Cartário é algo muito importante, porque, se quisermos cumprir a Lei Federal que disciplina a condição do veículo, multa!

Há um exagero de multas, quinhentos e poucos reais uma multa!

Se formos aqui, quem vai para o Bacacheri, essa rápida, vamos verificar que tem um radar bem na curva e na descida, bem aonde o sujeito pode passar de sessenta por hora, pode até chegar a setenta, pagar quinhentos e poucos reais.

Então virou uma indústria, virou um caixa dois de quem recebe. Aliás, vou propor o seguinte: que possamos discutir quem é que fabrica esses radares; quem recebe essas multas; para onde vão esses recursos arrecadados. Porque a população muitas vezes sai de casa até com uma criança doente. Se ele passa a sessenta e sete, setenta por hora, ele paga quinhentos reais de multa!

Então, se é para educar, se é para disciplinar, tudo bem! Mas passou a ser uma forma de as prefeituras ou do Estado, não sei quem, arrecadar dinheiro, e o povo, já está estressado, chega em casa e recebe pelo correio um absurdo de uma multa.

Então quero comungar das palavras do deputado Cartário, votando na derrubada do veto.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Convido ao 1º secretário para que proceda à chamada dos senhores deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Edno Guimarães)

(Procede à chamada dos senhores deputados).

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Trinta e nove (39) senhores deputados votaram.

Convido os deputados Edson Strapasson, Antonio Carlos Belinati e Ademar Traiano, para fazer o escrutínio dos votos.

Trinta e cinco, Não; e quatro, Sim. **Está derrubado o veto e mantido o projeto)**

Queremos lembrar aos senhores deputados que dia 19, às 19 horas e trinta minutos, haverá uma Sessão Plenária deste Poder na cidade de Paranaguá.

Todos os senhores deputados estão convidados.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para terça-feira, dia 18, logo após ao término da Sessão Ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 009/2001, 024, 030, 036 e 043/2001.

Levanta-se a Sessão.

Atas de Comissões:

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES

3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de junho de dois mil e um, reuniu-se na sala de reuniões das comissões, a Comissão de Educação, Cultura e Esportes presidida pelo senhor deputado Ângelo Vanhoni. Havendo número legal, o senhor presidente deu início aos trabalhos, passando à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 162/2000, de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk. Relator: deputado Algaci Tulio. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 070/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão. Relator: deputado Waldyr Pugliesi. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente reunião, a qual, para constar lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente e por mim, Solange Mann, secretária da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) ÂNGELO VANHONI - Presidente
Solange Mann - Secretária

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES

3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de junho de dois mil e um, reuniu-se na sala de reunião das comissões, a Comissão de Educação, Cultura e Esportes, presidida pelo senhor deputado Ângelo Vanhoni. Contando com a presença dos nobres pares, membros desta comissão, com o objetivo de ouvir representantes da Federação das Associações de Pais e Amigos de Excepcionais do Estado do Paraná - Fedapaes e da Febiex - Federação Brasileira das Instituições de Excepcionais; Sr. José Alcides, presidente da Federação Brasileira das Instituições de Excepcionais de Integração Social e de Defesa da Cidadania - Febiex; Sra. Nilda Loyola Gonçalves, tesoureira Febiex; Sr. Benedito C. Bassetti, presidente da Associação Curitibana de Apoio e Integração do Excepcional; Sra. Marisa Sella, representante da Área Mental; Sr. José Dimewicz, presidente da Federação das APAE's do Estado do Paraná; Sr. Jamir Naby Elias, presidente da Fundação de Assistência à Criança Cega; Sra. Marli Rosa Müller, Federação das

APAE's, para analisar os problemas das entidades que atuam com portadores de deficiência e assim propor o apoio desta Casa no sentido de fazer uma Emenda ao Orçamento de 2002, visando a destinar verbas às entidades para esta finalidade. O senhor presidente, após ouvir as considerações, colocou em votação perante a comissão o envio de requerimento ao Plenário, solicitando uso do horário, no Grande Expediente, para que no dia vinte e seis de junho do corrente, fossem ouvidos os representantes da Federação das APAE's, isto posto em votação, foi aprovado. Na sequência o senhor presidente agradeceu aos convidados, dando continuidade aos trabalhos, passando à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 55/2001, de

autoria do deputado Edson Strapasson. Relator: deputado Waldyr Pugliesi. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 113/2001, de autoria do deputado Luiz Carlos Alborghetti. Relator: deputado José Maria Ferreira. Parecer no sentido de transformar em DILIGÊNCIA junto à Secretaria de Educação. APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente reunião, a qual, para constar lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente e por mim, Solange Mann, secretária da comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) ÂNGELO VANHONI - Presidente
Solange Mann - Secretária